
Boletín Electrónico Surá # 36, Julio 1999

Escuela de Trabajo Social - Universidad de Costa Rica

www.ts.ucr.ac.cr

Derechos Reservados a favor del autor del artículo

Mundialização e Questão Nacional: Implicações para a Organização Política dos Assistentes Sociais na América Latina¹

Josefa Batista Lopes

"Sem dúvida o desenvolvimento é em direção ao internacionalismo, mas o ponto de partida é 'nacional'. É desse ponto de partida que deve ser assumido o movimento"
Antonio Gramsci (QC., 1977:1729)

Elementos Indicativos Sobre a Questão

Meu esforço de desenvolver neste texto uma reflexão crítica sobre esta temática tem como referência a polêmica contemporânea sobre o desaparecimento da Nação no processo de mundialização (globalização) do capital neste final de

¹ Boletín Electrónico Surá # 36
Julio 1999

Escuela de Trabajo Social
Universidad de Costa Rica
<http://www.ts.ucr.ac.cr>

*Trabalho encaminhado à Comissão organizadora do "V CONGRESO NACIONAL Y II INTERNACIONAL DE TRABAJO SOCIAL" que será realizado na Costa Rica no período de 3 a 7 de maio de 1999, sob o tema "HACIA LA CONSTRUCCIÓN DE ENFOQUES ALTERNATIVOS EN TRABAJO SOCIAL PARA UN NUEVO MILENIO". Parte deste trabalho consta do texto publicado, sob o título "A Atualidade do Manifesto Comunista 150 anos depois: uma contribuição decisiva para o debate atual sobre globalização e a questão nacional", no volume 2º do DOSSIER referente ao "Encontro Internacional sobre O Manifesto do Partido Comunista 150 depois: Qual alternativa ao capitalismo? Qual Emancipação humana?", realizado em Paris no período de 13 a 16 de maio de 1998. Encontra-se também no site da Espaces Marx. A elaboração daquele texto teve como referência a Edição do Manifesto Comunista organizada por Marco Aurélio Nogueira, na qual também faz uma importante Introdução e a Tradução (esta com Leandro Konder). Além do texto do Manifesto, esta edição publicada pela Editora Vozes, Petrópolis, em 1988, inclui Prefácios às diversas edições do Manifesto e, entre outros anexos, "Princípios do Comunismo" e "Para a História da Liga dos Comunistas" de Engels.

**Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUCSP, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, sindicalista (APRUMA-SS), ex-presidente da Asociación Latinoamericana de Trabajo Social - ALAETES e do Consejo Directivo del Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS.

século com implicações em termos de mecanismos de controle social do capital e, por conseguinte, da organização política seja da burguesia, seja dos trabalhadores.

Meu interesse particular são as implicações na organização política dos trabalhadores e, neste âmbito, dos assistentes sociais, um trabalhador que deve ser entendido na categoria dos intelectuais, cuja relação com o mundo da produção, "não se dá de modo imediato como ocorre com os grupos fundamentais, mas é 'mediada', em diversos graus, por todo o tecido social, pelo complexo das superestruturas das quais exatamente os intelectuais são os 'funcionários'." (Gramsci, 1975:1518)

Os assistentes sociais são um segmento dos trabalhadores com uma significativa experiência de organização - seja em âmbito nacional, seja continental e mundial² cuja relação com o mundo da produção, como vimos, (e nunca é demais insistir) é *mediada* e não *imediate*.

No concernente à América Latina (referência espacial deste trabalho), a organização política desses profissionais se inicia no interior do pan-americanismo³ logo em seguida à sua criação e expansão, como profissão de nível superior, sob a direção da Igreja Católica⁴. Não obstante, ainda que grupos expressivos de profissionais⁵ tenham mantido vínculos com esta forma de organização, o movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, deflagrado na década de 60, logrou minimizar e sobcertos aspectos confrontar-se ao pan-americanismo ao apontar a crítica à influência do imperialismo norte-americano

² Não tenho conhecimento do grau de *organização profissional* em outras profissões, todavia posso afirmar que, de modo particular na América Latina, o Serviço Social deve ser considerado entre aquelas profissões com maior grau de organização.

³ Aponto esta questão na minha tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1998, intitulada "O Serviço Social na América Latina: Nas Malhas da Modernização Conservadora e do Projeto Alternativo de Sociedade". Na minha pesquisa para a tese uma referência fundamental, sob vários aspectos e neste, em particular, é a obra de Manoel Manrique, "História do Serviço Social na América Latina", produto de uma pesquisa patrocinada pelo CELATS e publicada no Brasil, pela Cortez Editora e o CELATS

⁴A tendência à mundialização da Igreja Católica - que em direção à América Latina se expressa de modo organicamente articulado à expansão do capitalismo - é um aspecto relevante a ser considerado na história de criação e expansão do Serviço Social neste continente.

⁵ No Brasil o exemplo significativo é o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), órgão do International Council on Social Welfare - ICSW que, por sua vez, é um

entre os assistentes sociais latino-americanos e propor a criação de organismos latino-americanos de organização desses profissionais. É produto deste movimento a criação da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social -ALAETS, em 1965, e a implementação do Projeto do Instituto de Solidariedade Internacional- ISI (órgão da Fundação Konrad Adenauer)⁶, que em 1975 deu origem ao Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS, em 1975 (Lima, 1984: 15-28).

Se devo demarcar que a discussão sobre *o imperialismo, como temática não logrou o espaço devido na crítica aberta pelo movimento*, é uma exigência histórico-política demarcar que a criação da ALAETS e do CELATS como organismos latino-americanos intervieram e contribuíram, significativamente, no sentido de uma nova direção para os assistentes sociais na América Latina. Estes organismos, apoiando-se de modo particular no processo de formação e de organização destes profissionais em todos os espaços, contribuíram significativamente para que, ao mesmo tempo se habilitassem e avançassem no processo de produção de conhecimento, na perspectiva de superação do pragmatismo sob o qual se originou o Serviço Social.

Todavia falta na América Latina uma análise histórico-política sobre a Organização dos Assistentes Sociais em âmbito continental e mundial, considerada no conjunto da organização dos trabalhadores, até porque é recente *a perspectiva de análise pela qual estes profissionais são compreendidos como trabalhadores*⁷, na

órgão consultivo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com representação em mais de 70 países. (<http://www.icsw.org/whatis.html>).

⁶ Trata-se de um organismo da Democracia Cristã Alemã, um dos maiores partidos políticos da Alemanha, que desenvolve política internacional, através das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), como também o faz o Partido da Democracia Social, através da Fundação Frierich.

⁷ Do que conheço, dispõe-se de um único trabalho sistemático e específico ao âmbito continental, sobre a questão da organização dos assistentes sociais, da América Latina. Trata-se de um trabalho de pesquisa realizado por Roberto Rodriguez e Walter Tesch, intitulado "*Organizaciones Profesionales del Trabajo Social en America Latina*", produto de uma pesquisa patrocinada e publicada pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS, em 1978. Na análise, os autores consideram os profissionais de Serviço Social como uma categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Além deste trabalho o que conheço são estudos nacionais, como por exemplo o trabalho M^ª. Beatriz Abramides e M^ª. do Socorro Reis Cabral, "*O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*", produto de um trabalho de pesquisa realizada no Mestrado de Serviço social da PUCSP, publicado pela Cortez Editora em 1995. Poderia citar outros textos de outras regiões, mas não é o caso aqui. Eles serão considerados no âmbito da pesquisa que estou realizando e da qual este trabalho que ora apresento ao II Congresso Internacional de Trabajo Social na Costa Rica é parte das reflexões.

categoria de intelectuais⁸. Uma análise que, de acordo com uma premissa do método histórico-político, segundo Gramsci, deve ter *a Nação como ponto de partida, ainda que tendo em vista o internacionalismo*, também da classe trabalhadora.

Com base nesta premissa entendo que, no momento atual, uma correta compreensão da relação *mundialização, internacionalismo e a questão nacional* é um dos desafios da luta de classes.

Mas o que compete em particular aos trabalhadores em geral e, entre estes, aos assistentes sociais?

Compreender de modo crítico esta relação é o primeiro desafio. Evidentemente, tão importante para os trabalhadores - se não mais importante para estes - quanto para a burguesia que, no atual momento, tem a hegemonia e o domínio sobre ela. Daí porque meu esforço primeiro na pesquisa que realizo sobre a temática, é tentar compreender esta relação.

Os fundamentos histórico-político básicos que orientam minha reflexão sobre a temática, extraí do Manifesto do Partido Comunista, escrito por Marx e Engels, e dos Cadernos do Cárcere, escritos por Antonio Gramsci⁹.

Destaco Gramsci, porque, entre os clássicos do pensamento marxista neste século, foi ele quem demonstrou maior preocupação com a questão nacional nas indicações de análise da relação mundialização, internacionalismo e nação. Nelas destaca a nação - *desprovido de qualquer espécie de nacionalismo* - como o *locus* de partida do movimento, conforme se pode verificar, por exemplo, na epígrafe deste trabalho: "Sem dúvida o desenvolvimento é em direção ao internacionalismo, mas o ponto de partida é 'nacional'. É desse ponto de partida que deve ser assumido o movimento". (Gramsci, 1977: 1729)

⁸ Esta categorização tem provocado importantes debates entre os assistentes sociais, em particular no Brasil, onde conheço bem o debate e até participo dele de modo ativo. Ver as referências que faço sobre o mesmo em minha tese de doutorado à qual me refiro na nota nº. 2.

⁹ Sobre o Manifesto ver nota *. Quanto a Os Cadernos do Cárcere, de Antonio Gramsci, trabalho com a Edição Crítica do Instituto Gramsci elaborada sob a responsabilidade de Valentino Gerratana e publicada por Einaudi Editore, Roma, 1977.

O movimento de que fala Gramsci é exatamente o movimento real histórico produzido nas relações internas à estrutura e à superestrutura e na unidade orgânica que, entre estrutura e superestrutura, formam o bloco histórico ou a totalidade da sociedade.

Nesse movimento as classes subalternas, os trabalhadores organizados, a partir das nações, formam uma vontade coletiva, buscam relação com os trabalhadores de todo o mundo e travam uma luta incessante de destruição das relações de dominação da velha sociedade no processo de construção de relações de emancipação da humanidade no mundo.

Nas condições contemporâneas - quando se verifica um grande avanço nas formas de organização e de ampliação dos mecanismos de controle social por parte da burguesia e das elites internacionais que, do processo de expansão do capitalismo, *apoiado no poder militar*, submete as nações e seus povos aos interesses do capital - é imprescindível que se tenha cada vez mais claras as *implicações e os desafios das classes trabalhadoras* no processo emancipatório da humanidade.

Um dos primeiros aspectos a considerar é que existe uma grande diversidade de segmentos da classe trabalhadora, tendo presente o fato de que alguns estabelecem *relações imediatas*, enquanto outros estabelecem *relações mediadas* com o sistema de produção em completa re(des)estruturação. Tem-se aqui uma das distinções significativas a serem consideradas na análise que se deve fazer sobre os assistentes sociais na condição de trabalhadores como uma das categorias profissionais que atuam na mediação capital/trabalho, sabendo-se que estes profissionais, como outros, foram demandados e criados pelas forças dominantes para o exercício de uma função claramente de controle do capital.¹⁰

¹⁰Trabalho aqui com a concepção de controle de social desenvolvido por István Mészáros no texto "A Necessidade de Controle Social". Um dos aspectos relevantes da análise de Mészáros que tenho presente é que: "No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. Ironicamente, porém, a tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas [...] traz consigo resultados diametralmente opostos ao interesse do capital. Pois, neste processo de expansão e concentração, o poder de controle

É importante ter claro, ao mesmo tempo, que o desafio que se coloca, neste particular, é de análise, mas também de consciência e de intervenção política num momento de profunda perplexidade da classe trabalhadora envolvida no atual processo de re (des) estruturação das relações de produção do capital¹¹ que - quando o capitalismo alcança um novo estágio de mundialização, sob a ideologia neoliberal - impõe a destruição de todas as conquistas sociais alcançadas por esta classe ao longo da histórica luta de classes.

Esta análise é uma ação complexa que não é minha pretensão dar conta neste texto. O que a pesquisa me permite, até agora, é levantar e sistematizar alguns aspectos relevantes dos seus fundamentos.

Penso que neste momento a ideologia neoliberal - apoiada no poder militar das forças imperialistas, hegemônicas pelos Estados Unidos - foi a via encontrada para administração da crise de 1974/75. A via que ganhou força com o desvio dos rumos da experiência de socialismo, proposta como alternativa ao capitalismo, desde a Revolução Russa de 1917 e cuja experiência entrou em processo de deterioração, ao longo dos anos que se seguiram, até a sua derrocada completa em 1991. Portanto, é preciso ter claro que "a elaboração e o aperfeiçoamento dos métodos de 'administração das crises' emergem em resposta direta às pressões de uma crise em aprofundamento" (Mészáros, 1996:139)¹².

Na configuração da totalidade social deste final de século, novas demandas e desafios são colocados para a burguesia e para os trabalhadores no plano da estrutura, mas também da superestrutura. Neste aspecto, em particular, no tocante à *organização política*.

conferido ao capital vem sendo de fato re-transferido ao corpo social como um todo, mesmo se de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital". (Mészáros, Istivan. *A Necessidade de Controle Social*. Editora Ensaio, São Paulo, 1993, p. 32). O autor destaca como fator relevante a crise nunca antes imaginada que, segundo ele, vêm enfrentando as instituições mais importantes da sociedade - religião, Estado e família.

¹¹ A tendência dominante é de se analisar as *transformações das relações de produção neste final de século* de um ponto de vista pelo qual está ocorrendo uma reestruturação dessas relações. Neste trabalho parto da perspectiva pela qual essa *reestruturação* é, ao mesmo tempo, uma desestruturação.

¹² Em sua obra "Produção Destrutiva e Estado Capitalista", Istiván Mészáros na análise que faz da crise do capitalismo dá um significativo destaque ao que chama de "recente habilidade do capital para evitar tempestades nas circunstâncias atuais". (1996: 139).

Aqui, uma questão central, entre outras, que deve ser destacada para os trabalhadores consiste em que pode ser constatado que a burguesia tem avançado em sua organização política - com vistas a responder à permanente necessidade de perpetuação do capital e de sua própria existência como classe dominante - construindo, entre outros mecanismos, vários *organismos intergovernamentais* de âmbito mundial (o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial, o Grupo dos 7 países mais ricos do mundo - G7, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE, o Acordo Multilateral de Investimentos - AMI, o Acordo Geral sobre o Comércio e as Tarifas - GATT e outros) continentais e regionais (União Européia, Mercosul, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA, o Acordo de Livre Comércio da Américas - ALCA, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, APEC e outros)¹³.

Além desses mecanismos e, sobretudo a partir deles, com a participação ativa das classes dominantes nacionais de todo o mundo, vêm sendo tomadas várias medidas que interferem nos processos de organização e determinações dos Estados-Nação, bem como na subjetividade da humanidade que vem sendo empurrada para o irracionalismo, para o fundamentalismo.

No tocante, especificamente à classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que avança, em todo o mundo, o fenômeno do desemprego em massa e cada vez mais trabalhadores são lançados em condições de luta individual na construção de estratégias de sobrevivência ou na dependência de programas de assistência provenientes do Estado, (mínimo em relação às políticas sociais e de assistência, enquanto é máximo na proteção ao capital financeiro parasitário), mas também do

¹³ Segundo Isidoro Davide Mortellaro "À sociedade internacional movida pelo tecido uniforme das relações internacionais mantidas pelos Estados, como representantes dos povos se sobrepõe a comunidade transnacional: corporações, órgãos de coordenação e agências internacionais nas quais se verticalizam e autonomizam as tecnocracias provenientes ou autorizadas pelas administrações nacionais, confluem de modo conjunto às representações formais dos Estados tradicionalmente assumidas pelos executivos". Em Ingrao, Pietro e Rossanda, Rossana. Appuntamenti di Fine Secolo. Roma, Manifestolibri, 1990.

rescente processo de *refilantropização* que, mascarado de *solidariedade*¹⁴ vem sendo estimulado pelas elites dominantes e pelo Estado, até nos países mais ricos.

Isto significa que vêm sendo retiradas todas as condições concretas fundamentais pelas quais os trabalhadores travaram o confronto com o capital, desde a organização fordista de produção, iniciada por volta de 1914, da qual Gramsci se ocupou nos estudos do cárcere no eixo temático intitulado "americanismo e fordismo" (Gramsci, 1977: 2140-2181). A política neoliberal, portanto, destrói também a forma keynesiana que aprofundou a intervenção do Estado na economia e deu sustentação à criação do Welfare State e à social democracia - a chamada terceira via de organização e luta política - ao impor ao Estado a responsabilidade de prestar serviços sociais públicos.

Para os assistentes sociais esta questão se coloca em duas dimensões, que embora devam ser consideradas na unidade, são distintas: *o profissional*, que atua na mediação entre as classes e *o trabalhador* sobre o qual também recai toda a perversidade das atuais relações de domínio.

2 - A Relação Mundialização, Internacionalismo e a Questão Nacional: fundamentos para uma análise histórico-política.

Entendo que a mais importante referência, para uma análise histórico-política da questão da mundialização (*globalização*) encontra-se em Marx e Engels, autores do Manifesto do Partido Comunista.

Foram eles os primeiros pensadores a destacar a mundialização (globalização) como elemento constitutivo do capital e da burguesia, embora seja de Lênin o mérito da análise do movimento real do desenvolvimento do capitalismo,

¹⁴ Para uma discussão deste tema ver entre outros:1) Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUCSP. Cidadania ou filantropia- um dilema para o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Relatório de Pesquisa elaborada pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUCSP por solicitação do CNAS, São Paulo, PUCSP - Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social, 1994. 2) Ward, Ibrahim. Les Riches entre philanthropie et repentance. Paris, *Le Monde Diplomatique*, Decembre, 1997, pp. 20-21. Quero demarcar aqui que não se pode confundir a *solidariedade*, entendida como questão de classe, e a *filantropia*, a ajuda ou apoio aos pobres por questão de consciência moral ou de sentimentalismo. Par esta discussão ver: Mészáros, Istiván. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Editora Ensaio, 1996. Ver, particularmente o Capítulo "A Constituição da Solidariedade", pp. 383-505.

quando este alcançou um "novo grau de concentração, à escala de todo o mundo, do capital e da produção infinitamente mais elevado do que o de períodos anteriores" (Lênin, 1982:66), a partir do final do século XIX e começo do século XX e que Lênin definiu como *Imperialismo*. Portanto, conforme pode ser verificado no texto concluído e enviado por Marx e Engels, para impressão em fevereiro de 1848¹⁵, a mundialização é inerente ao capitalismo. Dizem eles: "A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos, impele a burguesia para todo o *globo terrestre*. Ela deve estabelecer-se em toda parte; instalar-se em toda parte; criar vínculos em toda parte." (Marx e Engels, 1988: 69).

A mundialização do capital e da burguesia (a globalização) hoje não é um fenômeno novo. É por isto, um dos aspectos pelos quais se pode falar da completa atualidade do Manifesto do Partido Comunista com a clareza de que não se trata de uma *atualização sem referência ao movimento real da sociedade* o que, aliás, consistiria em mecanicismo. Isto é, trata-se de um fenômeno histórico-político, cujo modo como se apresenta hoje é profundamente diferente de momentos anteriores.

É importante ressaltar que os próprios autores, em função das grandes mudanças ocorridas durante os vinte cinco anos que haviam se passado, desde a publicação da primeira edição, ocorrida em 1848¹⁶, problematizaram a atualidade do texto quando foram chamados para a reimpressão da Edição Alemã de 1872,. E dentre as grandes mudanças, a que se referiam, Marx e Engels *destacam três*:

¹⁵ A redação do texto é de iniciativa da Liga dos Comunistas que no segundo congresso realizado em Londres de 29 de novembro a 8 de dezembro de 1847 incumbiu a Marx e Engels a redação do programa político da organização.

¹⁶ No *Prefácio* a esta edição, Marx e Engels dizem: "Apesar de terem as condições mudado muito nos últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expostos nesse *Manifesto* conservam ainda hoje, em seu conjunto, toda a exatidão." (Marx e Engels, 1988:42. Grifado no original). Os autores põem a questão e logo concluem que: "Apenas alguns pontos deveriam ser aqui e ali retocados. *O próprio Manifesto explica que a aplicação prática (die praktische Anwendung) desses princípios dependerá, sempre e em todos os lugares, das circunstâncias históricas existentes*; por isso, não se deve atribuir nenhuma importância particular às medidas revolucionárias propostas no final do capítulo II Atualmente, essa passagem seria redigida de maneira diferente em mais de um aspecto."(Id. O grifo é meu) Convém destacar que o Manifesto do Partido Comunista é escrito em *quatro capítulos*: I - Burgueses e Proletários; II - Proletários e Comunistas (o capítulo qual se referem os outros); III - Literatura Socialista e Comunista; IV- Posição dos Comunistas diante dos diversos Partidos de Oposição.

- "o imenso desenvolvimento da grande indústria nesses últimos vinte e cinco anos e, com ele, o progressivo desenvolvimento da organização da classe operária em partido";(Id.)

- "as experiências práticas, primeiro da revolução de fevereiro¹⁷ e depois, sobretudo, da Comuna de Paris¹⁸, que pela primeira vez permitiu ao proletariado, durante dois meses, a posse do poder político"(Id.). Neste aspecto reside o principal motivo pelo qual, segundo Marx e Engels, "esse programa está agora envelhecido em alguns pontos."(Id.).

Especialmente a Comuna de Paris, dizem eles, "demonstrou que a 'classe operária não pode simplesmente se apoderar da máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento para os seus próprios fins' "¹⁹

"Um terceiro aspecto na questão levantada pelos autores sobre a atualidade do Manifesto diz respeito à "crítica da literatura socialista" que segundo Marx e Engels " *está hoje incompleta, pois interrompe-se em 1847; por sua vez, as observações feitas sobre a posição dos comunistas diante dos diferentes partidos de oposição (capítulo IV), embora ainda hoje exatas em seus traços gerais, envelheceram em sua aplicação (Ausführung), pois a situação política está totalmente mudada e o desenvolvimento histórico fez desaparecer a maior parte dos partidos ali enumerados.*"(Id. O grifo é meu.)

Com estas considerações destacam que, como "o *Manifesto* é já um documento histórico" (Id.), eles já não têm mais o direito de modificar, mas por outro lado, a próxima edição dizem: "talvez seja precedida de uma htrodução que preencha a lacuna existente" (Id.) entre 1847²⁰ e aquela reimpressão de 1872 a

¹⁷ Referência dos autores à revolução que explodiu na França, a partir de Paris, em fevereiro de 1848. Portanto, "ao mesmo tempo em que a redação do *Manifesto* era concluída e enviada para impressão" (Nogueira, Marco Aurélio, *Introdução*, cit. p. 36)

¹⁸ A Comuna de Paris estendeu-se de 18 de março a 28 de maio de 1871.

¹⁹ Neste aspecto Marx e Engels remetem a " *A Guerra Civil na França. Manifesto do Conselho Geral da Associação dos Trabalhadores*, de 1871, onde essa idéia está mais extensamente desenvolvida."(ide)

²⁰ Redigido em alemão em janeiro de 1848, o manuscrito foi enviado ao impressor , em Londres, algumas semanas antes da revolução francesa de 24 de fevereiro" (Engels, Prefácio à Edição Inglesa de 1888, op. cit. p. 47)

qual, segundo Marx e Engels, "foi inesperada demais" (Id.) para que tivessem tempo de escreve-la.

A edição, na qual os autores pretendiam escrever a introdução que preenchesse a lacuna por eles apontada, foi publicada em alemão, em 1883 sem a *INTRODUÇÃO* prevista no prefácio à edição de 1872, porque, como diz Engels no Prefácio a esta edição, "o homem a quem toda a classe operária da Europa e da América deve mais do que a qualquer outro, repousa agora no cemitério de Highgate, e sobre seu túmulo já cresce a primeira relva."²¹ Depois de sua morte não se pode mais pensar em refazer ou completar o *Manifesto*" (Engels, 1988: 45).

Ao destacar esta realidade Engels entende ser necessário estabelecer explicitamente que a idéia fundamental que atravessa todo o *Manifesto* "pertence única e exclusivamente a Marx". Esta idéia, segundo Engels, consiste em que "*em cada época histórica a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorre constituem a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente(desde a dissolução da antiga posse em comum da terra), toda a história tem sido história de lutas de classes, de lutas entre classes exploradas e classes exploradoras, entre classes dominadas e classes dominantes, nos diferentes estágios do desenvolvimento social; que essa luta, porém, atingiu atualmente um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode mais se libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem libertar ao mesmo tempo e para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes". (Id.: 45-46. O grifo é meu.)*

Esta, como outras teses do *Manifesto Comunista* e de outras obras de Marx e Engels é central no debate que se expandiu por todo o globo terrestre, através do imenso avanço dos meios de comunicação no final dos anos 80 e início dos anos 90.

²¹ Marx morreu no dia 14 de março de 1883, em Londres, e foi enterrado nessa cidade no Cemitério de Highgate. Nota do organizador da edição do Manifesto na qual me apoio para escrever este texto. (Ide p. 45)

Capitaneado pela chamada "*nova direita*"²² este debate encontrou eco e se expandiu também entre amplos setores de uma *esquerda perplexa que, ao invés de estabelecer sua própria agenda de análise das transformações profundas da sociedade capitalista deste fim de século, assumiu, em grande parte, a agenda posta pela nova forma que esta sociedade acabava de assumir, sob a ideologia neoliberal* que se opõe a todas as formas de racionalismo e portanto não só às teses de Marx e do marxismo, mas até mesmo às teses dos grandes pensadores e ideólogos do liberalismo.

A força e o estímulo intelectual e político desse debate encontram sustentação, de um lado na capacidade demonstrada pelo capitalismo para "*administrar crises*"²³ agora, no enfrentamento das recessões generalizadas de 1974/75 e 1980/82²⁴, através de medidas de desmonte do Welfare-State - que se constituiu um importante mecanismo de administração da crise de 29 - e até de ruptura com princípios do liberalismo clássico²⁵. De outro lado, face a completa derrocada da experiência de socialismo real que colocou a *esquerda na defensiva* - ou, como ocorreu com expressivos setores, *na passividade*, e mesmo como adepta e ideóloga da tese de que a época atual expressa uma

²² Para uma compreensão dos pressupostos da chamada "*nova direita*" ver: Benoist, Alain de. *La Nueva Derecha*. Planeta/Instituto de Estudios Económicos, Barcelona, 1982.

²³ Sobre esta questão, de grande significado no estudo de Marx e do marxismo ver: Mészáros, Istiván. Das 'Grandes Tempestades' a um *Continuo Depresso: Administração das Crises e Autoreprodução destrutiva do Capital*. Em: _____. *Produção Destrutiva e Estada Capitalista*. São Paulo, Ensaio, 1989, pp. 94 -103.

²⁴ É importante situar estas recessões, como o faz Ernest Mandel, "tanto no seu quadro histórico preciso - a ruptura com o longo período de expansão do pós-guerra -, quanto no quadro mais geral da história do modo de produção capitalista em seu conjunto". Ver: Mandel, Ernest. *A Crise do Capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Editora da UNICAMP e Editora Ensaio, 1990. p. 7.

²⁵ Basta ver, por exemplo, a definição de "*nova direita*" de Alain Benoist: " Chamo aqui de direita, para nos entendermos, a atitude que consiste em considerar a *diversidade* do mundo e, por conseguinte as desigualdades *relativas* que necessariamente produz, como um bem, e a homogeneização progressiva desse mundo, preconizada e levada a cabo pelo discurso bimilenário da ideologia igualitária, como um mal. Chamo de *direita* as doutrinas que consideram que as desigualdades relativas à existência motivam *relações de força* cujo produto é o *devir histórico*, e que estimam que a *história deve continuar* [. . .]. Para mim, pois, o inimigo não é a "esquerda" ou "o comunismo", nem sequer "a subversão", mas simplesmente essa *ideologia igualitária* cujas formulações, religiosas ou laicas, metafísicas ou pretensamente "científicas", vêm florescendo incessantemente há dois mil anos, da qual as "idéias de 1789" foram apenas uma etapa e da qual a atual subversão e o comunismo são uma consequência inevitável". Apud. Cuevas, Agustín. (org.) *Tempos Conservadores*. São Paulo, Hucitec, 1989, p. 28.

condição política pós - moderna,²⁶ em consonância à ofensiva intelectual e ideológica daqueles que decretavam o "fim da ideologia",²⁷ o "fim da história"²⁸ "o fim da sociedade do trabalho"²⁹.

No quadro das profundas transformações do capitalismo monopolista neste final do século XX, a *globalização*, como realidade objetiva e como objeto de reflexão e teorização, é apresentada pelos ideólogos do neoliberalismo como *uma das grandes novidades*. Pode-se mesmo dizer que para eles se trata do mais importante de todos os elementos que caracterizam essas transformações, na medida em que o destacam como o principal determinante.

Cabe aqui perguntar a Marx e Engels, com base no *Manifesto Comunista* - entregue ao Comitê Central da Liga de Londres, em fevereiro de 1848 - se de fato,

²⁶ Ver: Heller, Agnes e Fehér, Ferec. *La condizione política postmoderna*. Roma, Marietti, 1992. Heller e Fehér foram dois grandes expoentes do grupo marxista organizado na chamada Escola de Budapeste que tinha em György Lukács a sua maior expressão.

²⁷ Sobre este aspecto ver nota 5 de minha Tese de Doutorado "O Serviço Social na América Latina: Nas Malhas da Modernização Conservadora e do Projeto alternativo de Sociedade ". São Paulo, PUCSP, 1998, p. 30, onde destaco que: "Esse debate ganha ênfase no Brasil no final da década de 80 e início da década de 90, após a queda do Muro de Berlim e a completa derrocada da experiência de socialismo real no Leste Europeu. Todavia existem significativos exemplos de que ele já desenvolvia no meio intelectual de outros países antes desse período. Pode-se dizer mesmo que ele tem a idade da história de toda a sociedade a qual, como dizem Marx e Engels em "O Manifesto do Partido Comunista" (Op.cit. p. 66) "é a história de lutas de classes". Segundo uma indicação de Habermas, ele aparece com clareza na obra de Lowith "*História Laica e sobrevir da salvação*". Ao que parece (pelas referências de estudiosos da questão da ideologia), a obra que efetivamente ganhou expressiva repercussão foi a de Daniel Bell "*O fim da ideologia*", publicada, segundo Mészáros, em New York, sob o título "The End of Ideology", em 1961. O próprio texto de Mészáros - no qual discute a obra de Bell - foi publicado originalmente, no "The Socialist Register" (Merly Pres), em 1970, mas só traduzido no Brasil em 1993, como parte de seu livro "*Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Ensaio de Negação e afirmação*", São Paulo, Editora Ensaio, 1993, pp. 21-25.

²⁸ Uma análise dessa tese que se tornou célebre em todo o mundo, encontra-se em Anderson, Perry. *O fim da história. De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1994.

²⁹ O intelectual de maior expressão desta tese, até o momento é o ex-marxista André Gorz. Entre outros textos nos quais a defende o mais destacado é *Adeus ao proletariado, para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária 1987. Este texto foi escrito e publicado na França em 1980 e traduzido e publicado pela primeira vez em 1982. Vale ressaltar como um indicativo de análise que o referido texto só ganha repercussão no Brasil no final dos anos 80, em um momento em que se vivia uma intensa mobilização dos trabalhadores e das forças progressistas. Entre os assistentes sociais (com amplo setores participando dessa mobilização) é, exatamente em 1982 que se inicia o processo de consolidação e amadurecimento das idéias marxistas, tendo como um marco importante o livro de Raul de Carvalho e Marilda Iamamoto "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica, produto de uma pesquisa realizada, através do CELATS e publicado pela Cortez Editora/CELATS, em 1982. A concepção de Serviço Social aí desenvolvida recebe uma significativa influência da obra "Crítica da Divisão do trabalho" do Gorz marxista, publicado em Paris em 1973 e traduzido no Brasil em 1980, precisamente quando o

o fenômeno da mundialização (globalização) é um elemento *novo* no desenvolvimento do capitalismo e se é ou *não* evitável.

A resposta está clara em todo o Manifesto. A *mundialização do capitalismo e da burguesia não é um elemento novo*. Trata-se de um *elemento constitutivo do capital e por isto mesmo inevitável*. Ou seja a mundialização é inerente ao capitalismo e sua expansão é um imperativo que lhe é próprio, e se impõe desde a sua origem, como é claramente identificado por estes pensadores, desde o processo de superação do feudalismo pelo capitalismo. Dizem Marx e Engels no Manifesto: "O modo de exploração feudal ou corporativo da indústria existente até então não mais atendia às necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados. [. . .] A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria; e na proporção em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estendiam, a burguesia também se desenvolvia, aumentava seus capitais e colocava num plano secundário todas as classes legadas pela Idade Média". (Marx e Engels, 1988: 67-68).

O *termo de referência* com o qual operam para falar sobre este movimento de expansão do capitalismo é *mundo* (e suas derivações), como se pode constatar. Daí porque o termo *mundialização* é mais adequado do que *globalização*, ainda que no Manifesto Comunista Marx e Engels lancem elementos até mesmo para esta terminologia, conforme pode ser constatado na referência à expansão da burguesia por todo o '*globo terrestre*' como uma necessidade. Ademais a mundialização abarca até as buscas de espaços "fora do globo terrestre" com as quais, desde muitas décadas, vêm sendo feitos grandes investimentos.

É neste mesmo movimento que Marx e Engels também colocam a questão *nacional* e a questão das *relações internacionais* ou *internacionalismo*.

autor já era, na França, um dos maiores críticos de Marx e do marxismo, ainda que se reivindicando, como o faz até hoje, de esquerda.

Dizem eles: "Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um carácter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. *Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional.* As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas - indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um *intercâmbio universal, uma interdependência das nações.* E isso é tanto na produção material, quanto na intelectual. Os produtos intelectuais (*die geistigen Erzeugnisse*) de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial." (Id.: 69-70. O grifo é meu.)

É exatamente pela clareza histórica sobre o internacionalismo imanente à burguesia e aos trabalhadores, ao capital e ao trabalho que Marx e Engels no final do *Manifesto* conclamam a união do proletariado de todos os países, com a mais contundente e desafiadora *palavra de ordem revolucionária*, cada dia mais atual: "**PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!**" (Id.:99)

Neste chamamento Marx e Engels colocam uma vez mais a relação nacional/internacional. Aí, pode-se concluir que os autores se referem à união, ao processo organizativo dos trabalhadores em âmbito mundial, todavia a partir dos países. O exemplo histórico mais significativo na organização dos trabalhadores, do ponto de vista marxista, é *a experiência das Internacionais* marcada por avanços e recuos, mas não é o caso de me ater aqui nesta ou noutras experiências, ainda que

elas sejam de suma importância e referências na pesquisa³⁰, que desenvolvo atualmente sobre "*Mundialização, Internacionalismo e Questão Nacional: o Significado para a Organização dos Trabalhadores*" na perspectiva da luta política dessa classe no processo de construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo

Nação é uma categoria bastante complexa e até problemática no pensamento marxista, desde Marx e Engels.

Tomando-se como referência fundamental o Manifesto do Partido Comunista poder-se-á até concluir, pelas evidências acima apontadas que, para Marx e Engels, a *mundialização* (ou globalização, como definem hoje os ideólogos burgueses e a ideologia dominante) é *inevitável* e já uma realidade desde o início do capitalismo, na medida em que lhe é inerente.

Mas a tese do *desaparecimento da Nação*, entretanto, não é assim tão definitiva como querem e defendem hoje ideólogos burgueses da mundialização e mesmo alguns estudiosos do marxismo que se reivindicam de esquerda³¹, embora se possa encontrar *elementos indicativos* para ela, em formulações tais como: "Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São

³⁰ Vale dizer que se trata de uma pesquisa ainda em sua fase inicial, cuja motivação - além do movimento social concreto que envolve toda a vida social de todo o mundo - se impôs a partir do ensino da disciplina "Questão social e relações internacionais" no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Encontro-me ainda no momento de pesquisa bibliográfica sobre a temática e, evidentemente, estas experiências serão consideradas, ainda neste momento.

³¹ Para os ideólogos burgueses da "globalização" o desaparecimento da Nação é já uma realidade. Entre os estudiosos do marxismo que defendem esta tese (ainda que mostrando sua problematicidade), um exemplo significativo no Brasil é Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão que alcançou grande expressão nos meios intelectuais brasileiros, a partir da tradução e publicação de seu livro "O Colapso da Modernização", pela Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, em 1992 e dos vários artigos publicados no Brasil. É, no entanto, destacadamente, em "O Futuro da Economia. Perdedores globais" onde Kurz aponta com limpidez esta tese. Diz ele: Embora nossas idéias sociais e 'sentimentos políticos' ainda façam referência ao espaço histórico das nações, essa é uma realidade que pertence ao passado - pelo menos em termos econômicos. A partir de 80, um novo sistema de coordenadas surgiu com rapidez impressionante, impulsionado pelos satélites, a microeletrônica, a nova tecnologia em comunicação e em transportes e pela queda dos custos

suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida e morte para todas as nações civilizadas - indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais (*die geistigen Erzeugnisse*) de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza das nações tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial." (Id.: 69-70). Isto é suficiente para a indicação de uma hipótese de que, no Manifesto Comunista, *Marx e Engels reafirmam a nação*, ainda que *necessariamente interdependente na relação com outras nações* e tendo o processo de mundialização e, em consequência, do imperialismo, sobreposto às mesmas.

Minha verificação desta hipótese no pensamento de Marx e Engels, no entanto, extrapola o Manifesto do Partido Comunista, uma vez que nesta obra, de fato, entendo que os autores dão ênfase à questão da mundialização. Todavia, mesmo aí, a Nação é tomada na análise como a base de referência do movimento de mundialização do capitalismo e do capital.

Segundo Florestan Fernandes "Marx e Engels não investigaram sistematicamente a *questão nacional* e, se esclareceram o padrão da revolução nacional sob o capitalismo industrial, o fizeram na medida em que, ao explicar *cientificamente* o modo de produção capitalista, lidaram, de modo direto, com a base material, social e política da revolução burguesa, que punha, de um lado, a transformação capitalista da economia, e, de outro, a transformação capitalista da sociedade e do Estado. (Fernandes, 1981:117). Poder-se-ia, por isto, dizer que para

energéticos: para além dos limites nacionais, surgiu um mercado único e global". (Kurz, Robert. Folha de São Paulo, 1º de outubro de 1995, Caderno Mais. p. 5).

Marx e Engels a Nação é subsumida nesse movimento? Entendo que não, ainda que todo o movimento do capitalismo e do capital, com a participação ativa e direta das burguesias nacionais seja feito neste sentido, ou seja, opere na perspectiva da subsunção dos Estados-nações, em particular no atual momento de mundialização do capitalismo.

Minha conclusão neste aspecto, portanto, é de que a Nação não desapareceu antes, nem agora sob a ideologia neoliberal como preconizam seus ideólogos e as elites dominantes dos países hegemônicos ou dos países dependentes, quando submetem os Estados-Nações ao controle dos organismos mundiais de domínio do capital e das nações imperialistas. É preciso ter claro que se trata de *acordo* entre a burguesia e a classe dominante dos Estados nacionais, sempre hegemônica pela classe dominante dos países mais ricos e, em última instância, dos Estados Unidos da América, a maior potência imperialista, cuja hegemonia também se expressa de um novo modo, destacadamente com a mediação dos blocos, além dos já conhecidos organismos financeiros e de política internacional.

Além de encontrar referências teórico-históricas em Marx e Engels para a minha reflexão sobre a *relação* mundialização, internacionalismo e a questão nacional e também para a *conclusão de que a nação não desaparece* no pensamento destes pensadores, encontro reforço em Gramsci, como um dos pensadores marxista deste século que muito se preocupou - se não o que mais se preocupou - com a questão nacional. Gramsci, como vimos, considera a nação o ponto de partida do movimento que para ele tem o internacionalismo como perspectiva, destacando uma discussão particular sobre o que chama de nacional-popular.

Considerações Finais

O processo de transformações do capitalismo neste final de século coloca *questões específicas e agudas para o exercício profissional dos assistentes sociais* com projeções complexas para o século XXI. E, como bem o detectou o Movimento Latino-americano de Reconceituação do Serviço Social, *a organização desses profissionais é uma exigência central e vigente* que atualmente demanda uma consciência mais profunda do significado da questão nacional na perspectiva do internacionalismo da classe trabalhadora no atual estágio de mundialização do capital e das novas formas de expressão do imperialismo, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Se tomamos esta evidência como indicação, um dos primeiros desafios para a organização destes profissionais, tal como para todos os trabalhadores, é ter *clareza crítica* sobre as atuais condições do exercício de sua prática e das implicações do processo de transformação das relações da estrutura e da superestrutura, neste final de século, para a organização dos trabalhadores no confronto com as elites dominantes, considerando-se as especificidades da inserção e o desempenho da função de cada segmento nessas relações.

Isto significa que os assistentes sociais devem ser pensados e, evidentemente, orientar sua intervenção na sociedade, segundo a perspectiva que considera sua *especificidade profissional* e sua *universalidade, enquanto trabalhador*, como unidade e como particularidade.

As atuais condições de desenvolvimento do capitalismo, marcadas também pela agudização do irracionalismo e do fundamentalismo, complexificam as contradições e os desafios para o exercício da prática dos assistentes sociais em todos os seus eixos - formação, organização intervenção e produção de conhecimento - até porque o Welfare State não logrou construção de suas plenas possibilidades e, sobretudo, não foi mundializado. Porquanto, foi apoiada nesta perspectiva que a chamada terceira via ganhou espaço e logrou se constituir uma referência progressista entre as *alternativas postas pela crítica ao filantropismo e ao*

assistencialismo paternalista que, entre os assistentes sociais no continente, foi levantada pelo Movimento de Reconceituação.

Trabalho com a hipótese de que nesta via é que se encontra a base histórico-política do avanço, nos diferentes eixos que conformam a profissão, de Serviço Social no continente em relação à *defesa de* direitos sociais e, em consequência, de *serviços sociais públicos como um dever do Estado e um direito do cidadão*, o que significa trabalhar no sentido da *superação do assistencialismo e do paternalismo clientelista* que caracterizou a política social dos Estados latino-americanos onde governos populistas introduziram alguns direitos sociais nas Constituições como se construíssem uma versão do Welfare State (Estado de Bem-Estar) dos países desenvolvidos.

Por esta via há uma tendência a que o principal alvo da luta social passe a ser o Estado, como se a responsabilidade maior e primeira pela *necessidade de serviços públicos estatais* e pela resposta adequada a tal necessidade coubesse imediatamente a esta figura superestrutural de mediação entre as classes sociais, em cuja relação se encontra a determinação fundamental da necessidade. Tal é assim que, na sociedade capitalista, *o direito ao serviço público estatal é de todos*, mas a *necessidade real desses serviços* é apenas de alguns (miseravelmente da maioria) porque sua reprodução depende desses serviços, já que não dispõem de condições ou estas não são suficientes para garantia da própria reprodução em condições dignas.

Nas atuais condições as possibilidades histórico-políticas dessa via parecem ter se esgotado e já se verifica uma tendência de *retrocesso ao filantropismo e ao assistencialismo* agora repostos (na verdade, efetivamente, nunca desapareceram, nem podem desaparecer no capitalismo) entre as alternativas do capitalismo no enfrentamento à pobreza, agora em expansão, nos países ricos, segundo a perversa e velha forma conhecida pelos países pobres de capitalismo dependente. E como há muito este tipo de pobreza havia sido varrida daqueles

países que lograram viver a experiência do Welfare State, vários estudiosos vêm chamando de "nova pobreza"³².

Poder-se-ia supor que o seguimento profissional dos assistentes sociais que vinha seguro pela terceira via, persistirá nela? Fará inexoravelmente o caminho de volta ao assistencialismo, ao filantropismo ou ao participacionismo agora travestido de solidariedade?

A busca de compreensão do atual momento do imperialismo e da relação mundialização, internacionalismo e a questão nacional me indicam cada vez mais a importância da organização internacional dos trabalhadores como uma exigência da luta pela emancipação da humanidade. E os assistentes sociais, os profissionais (intelectuais), com sua experiência, têm muito a contribuir, na medida em que avancem na construção da unidade da sua prática como profissionais e como trabalhadores em todos os espaços, considerando as particularidades de cada país, mas também com a clareza de que a mundialização e o internacionalismo não são abstrações. São realidades concretas, eficientemente e, hoje como nunca, perversamente, manipuladas pelo imperialismo e pelas elites dominantes.

A organização dos trabalhadores, dos dominados, na perspectiva da emancipação da humanidade, é uma condição essencial para o confronto com as forças dominantes e opressoras.

Esta mesma relação deve ser colocada no tocante às nações? Penso que sim. A organização do capital em blocos não é por acaso e sem significado. É um mecanismo de sua estratégia expansão.

Não se trata, porém de copiar os mecanismos do capital e das elites dominantes, mas de criar mecanismos de solidariedade de classe.

Concluo com a indicação de que a organização latino-americana dos assistentes sociais é cada vez mais uma necessidade. Mas tanto esta, como seus

³² Esta noção só faz sentido para os países ricos e, ainda assim em relação ao período do Welfare State. Como categoria, no entanto, é insustentável porque a pobreza é pobreza, em todo tempo e lugar, e tem que ser pensada em relação a riqueza.

organismos nacionais e latino-americanos- ALAETS e CELATS ou outras formas que vêm sendo articuladas em referência aos blocos organizados pelo capital, - devem ser repensados, considerando as condições atuais da prática específica da profissão no âmbito das condições de organização e prática política dos trabalhadores, a partir de uma análise histórico-política da relação mundialização, internacionalismo e questão nacional. Esta análise deve nortear a elaboração de uma agenda própria dos trabalhadores para o *confronto* com o capital e a cultura irracionalista do imperialismo, do fundamentalismo e da violência, na perspectiva de emancipação da humanidade.

JBL

Bibliografia

ANDERSON, Perry. O fim da História. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1994.

ABRAMIDES, M^a Beatriz e CABRAL, Socorro Reis. *O Novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

CUEVAS, Agustin. (Org.) *Tempos conservadores*. São Paulo, Hucitec, 1982.

Cadernos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUCSP. Cidadania ou filantropia - um dilema para o CNAS. Programa de estudos Pós-graduados da PUCSP, 1994.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à Edição Inglesa de 1888. In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica dell'Istituto Gramsci, A Cura de Valentino Gerratana. Einaudi Editore, 1977.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1980

_____. *Adeus ao Trabalho. Para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferec. *La Condizione politica postmoderna*. Roma, Marietti, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma Interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez Editora/CELATS, 1982.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. O futuro da economia. Perdedores Globais. *Folha de São Paulo*, 1º de outubro de 1995, Caderno Mais, p.5.

LOPES, Josefa Batista. A Atualidade do Manifesto Comunista 50 ano depois: uma contribuição para o debate atual sobre globalização e a questão nacional. Le Manifeste Communiste 150 ans après. Quelle alternative au capitalisme? Quelle émancipation humaine? Contributions. 2e dossier. Rencontre Internationale. Pris, Espaces Marx, 1998.

_____. *O Serviço social na América Latina: Nas Malhas da Modernização Conservadora e do Projeto Alternativo de Sociedade*. Tese de Doutorado, São Paulo, Programa de Pós-graduação da PUCSP, 1998.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

MÉSZÁROS, Istiván. *A Necessidade de controle Social*. São Paulo, Editora Ensaio, 1993.

_____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Ensaios de Negação e Afirmação*. São Paulo, Editora Ensaio, 1993.

_____. *Produção Destrutiva e Estada Capitalista*. São Paulo, Editora Ensaio, 1996.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Editora ensaio, 1996.

MORTELLARO, Isidoro Davide. Le Istituzione della Mondializzazione. In *INGRAO*, Pietro. e *ROSSANDA*, Rossana. *Appuntamenti di fini Secolo*. Roma. Manifestolibri, 1990.

TESCH, Walter e *RODRIGUEZ*, Roberto. *Organizaciones profesionales Del trabajo social en América Latina*. Lima, CELATS, 1978.

WARD, Ibrain, Les riches entre philanthropie et repentance, Paris, *Le Monde Diplomatique*, Decembre, 1997